



Relatório de Gestão



(Ponto 13 do POAL)

MONFORTE
município



INDICE

1. Introdução	3
2. Organização Municipal	4
2.1 <i>Caracterização da Entidade</i>	4
2.2 <i>Estrutura Política</i>	5
2.3 <i>Estrutura Organizativa</i>	7
3. Recursos Humanos	9
4. Análise à Execução dos Documentos Previsionais	13
4.1 <i>Do Orçamento</i>	
4.1.1 <i>Receita</i>	13
4.1.2 <i>Despesa</i>	18
4.1.3 <i>Rácios</i>	22
4.2 <i>Das Grandes Opções do Plano</i>	
4.2.1 <i>Plano Plurianual de Investimentos</i>	24
4.2.2 <i>Actividades Mais Relevantes</i>	26
5. Análise Económico-financeira	
5.1 <i>Evolução da Situação Económica</i>	28
5.2 <i>Evolução da Situação Financeira</i>	31
5.3 <i>Rácios</i>	34
6. Endividamento	
6.1 <i>Evolução da Dívida</i>	37
6.2 <i>Enquadramento do Município face aos Limites Legais</i>	40
7. Proposta de Aplicação dos Resultados	43
8. Factos Relevantes verificados Após o Encerramento do Exercício	44



1. INTRODUÇÃO

Para cumprimento ao disposto no Artigo 47º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e no nº.2 do Ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), foi elaborado o presente Relatório.

Pretende-se, com o presente documento, completar os Documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício económico do ano 2010.

O Documento foi elaborado nos termos e de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Pocal e destina-se a apresentar pelo Órgão Executivo ao Órgão Deliberativo conforme previsto pela alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

No seguimento dos pressupostos inerentes aos objectivos previstos pelo Pocal, o presente Relatório visa proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira do Município, de forma a poder constituir um instrumento de extrema importância na gestão da Autarquia.

O Documento começa por fazer uma breve abordagem à organização e ordenamento do Município, relatando, para o efeito, a sua estrutura política e organizativa e dando particular destaque a um dos pilares mais importantes de qualquer Organização, os Recursos Humanos.

Das matérias tratadas, relevam-se três pontos, a análise à execução orçamental, a situação económico-financeira do Município e a evolução do endividamento da Autarquia face aos limites legalmente impostos.

Na metodologia utilizada para apresentação da informação e com o objectivo de a tornar mais facilmente compreensível, destacam-se as representações gráficas e os quadros, que, e sempre que possível, estabelecem também uma análise comparativa com os dados relativos a anos anteriores.



2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 Caracterização da Entidade

Identificação:

Designação: Município de Monforte

Morada: Praça da República

7450-115 Monforte

NIF: 506873412

Telefone (Geral): 245578060

Fax: 245573423

Email: cmmonforte@mail.telepac.pt

Planeamento e Ordenamento territorial:

O Município possui uma área geográfica de, aproximadamente, 420 Km². A divisão administrativa do concelho é composta por 4 freguesias: Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte.

No Município vigoram 5 instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, o Plano Director Municipal, ratificado pela RCM n.º 176/95, publicada no D.R., I Série-B, n.º 292/95, de 20 de Dezembro e 4 Planos de Urbanização, um por cada freguesia:

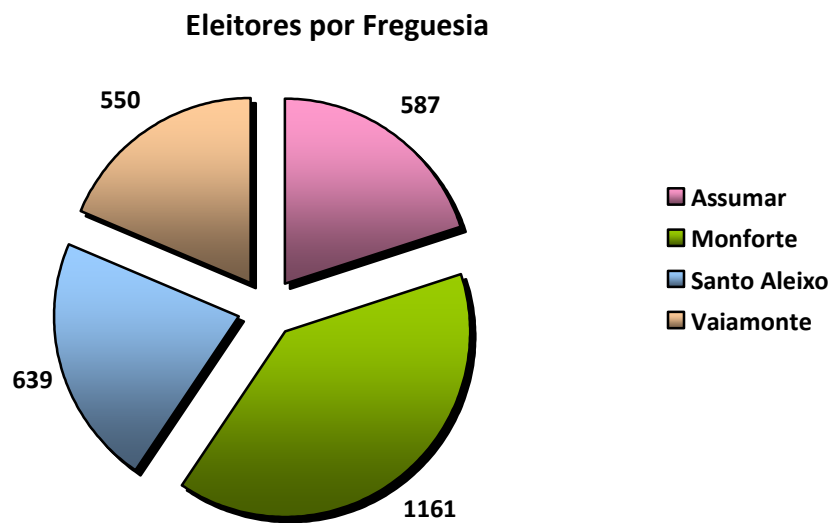
- Plano de Urbanização da Freguesia de Assumar, ratificado pela RCM n.º 90/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 160, de 9 de Julho de 2004.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Monforte, ratificado pela RCM n.º 172/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 292, de 15 de Dezembro de 2004.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Santo Aleixo, ratificado pela RCM n.º 67/2005, publicada no DR, I Série-B, n.º 53, de 16 de Março de 2005.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Vaiamonte, ratificado pela RCM n.º 117/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 178, de 30 de Julho de 2004.

O PDM passa, actualmente, por um processo de revisão, aguardando nesta fase o parecer favorável da REN (Rede Ecológica Nacional) para, posteriormente, ser submetido à discussão pública.

A população residente do Concelho é de 3.393 habitantes (Censos 2001) e o número total de eleitores é de 2.937, menos 50 eleitores relativamente ao recenseamento eleitoral do ano anterior.



Os eleitores apresentam a seguinte distribuição por freguesias:



(fonte: DGAI - Recenseamento Eleitoral 31/12/2010)

Controlo Interno:

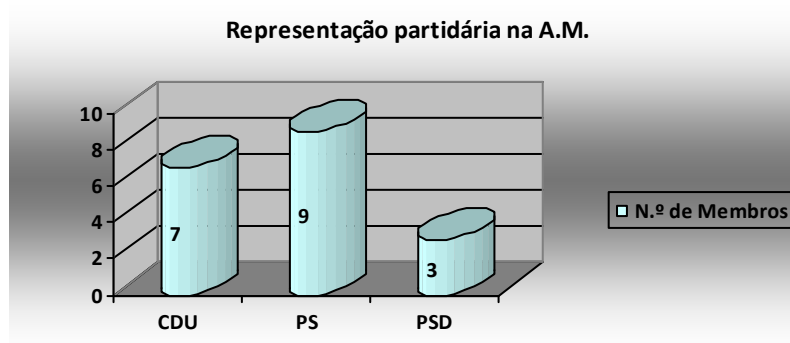
A Câmara Municipal possui um Regulamento de Controlo Interno, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 30 de Junho de 2006 e publicado no D.R. n.º 86, 2.ª Série, de 4 de Maio de 2007.

2.2 Estrutura Política

A estrutura política do Município é composta por dois Órgãos, a Câmara Municipal ou Órgão Executivo, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal ou Órgão Deliberativo, com funções, predominantemente, de carácter deliberativo e fiscalizador da actividade da Câmara.

A Assembleia Municipal é composta por 19 membros, dos quais 15 são eleitos directamente e os outros 4 assumem a função por inerência ao exercício do cargo de Presidentes de Junta das respectivas Freguesias.

A Assembleia apresenta a seguinte composição partidária:



O Órgão Executivo é constituído por 5 elementos - 1 Presidente e 4 Vereadores - a quem compete definir as estratégias e políticas municipais a adoptar, bem com a tomada de decisões sobre toda a actividade desenvolvida pelos diversos serviços municipais.

O quadro seguinte apresenta a relação nominal dos responsáveis, o cargo exercido e as responsabilidades atribuídas na área da gestão municipal de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano da gerência:

Nome	Cargo	Pelouros
Miguel Alexandre Ferreira Rasquinho	Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação Geral da Actividade Municipal;• Informação e Comunicação Municipal;• Relações Institucionais;• Gestão Administrativa e Financeira;• Gestão do Património Municipal;• Gestão Recursos Humanos;• Fundos Comunitários;• Planeamento Estratégico;• Turismo;• Protecção Civil;• Cultura.
Manuel António Pires Pintado	Vice-Presidente Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Obras Municipais, Urbanismo e Habitação;• Licenciamento de Obras Particulares;• Educação;• Desporto;• Acção Social;• Estaleiro, Parque de Máquinas e Viaturas;• Transportes Municipais;• Juventude.
Joaquim Manuel Rita Carrajola	Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente, Higiene e Limpeza Urbana;• Jardins e Espaços Verdes;• Águas e Saneamento;• Cemitérios;• Mercados e Feiras;• Sinalização e Trânsito;• Parque Desportivo• Relações Autárquicas/Juntas de Freguesia



Rui Manuel Maia da Silva	Vereador	Sem Pelouros Atribuídos
Gonçalo Nuno Ribeiro Amanso Lagem	Vereador	Sem Pelouros Atribuídos

O Vereador Joaquim Carrajola iniciou as funções a tempo inteiro a partir do dia 1 de Abril do ano da gerência.

2.3 Estrutura Organizativa

Actualmente está a ser preparada a reestruturação orgânica do Município, de forma a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. Constitui uma oportunidade para se aprofundar a reflexão interna sobre a eficácia organizacional dos serviços da Câmara Municipal e introduzir melhorias na estrutura orgânica vigente.

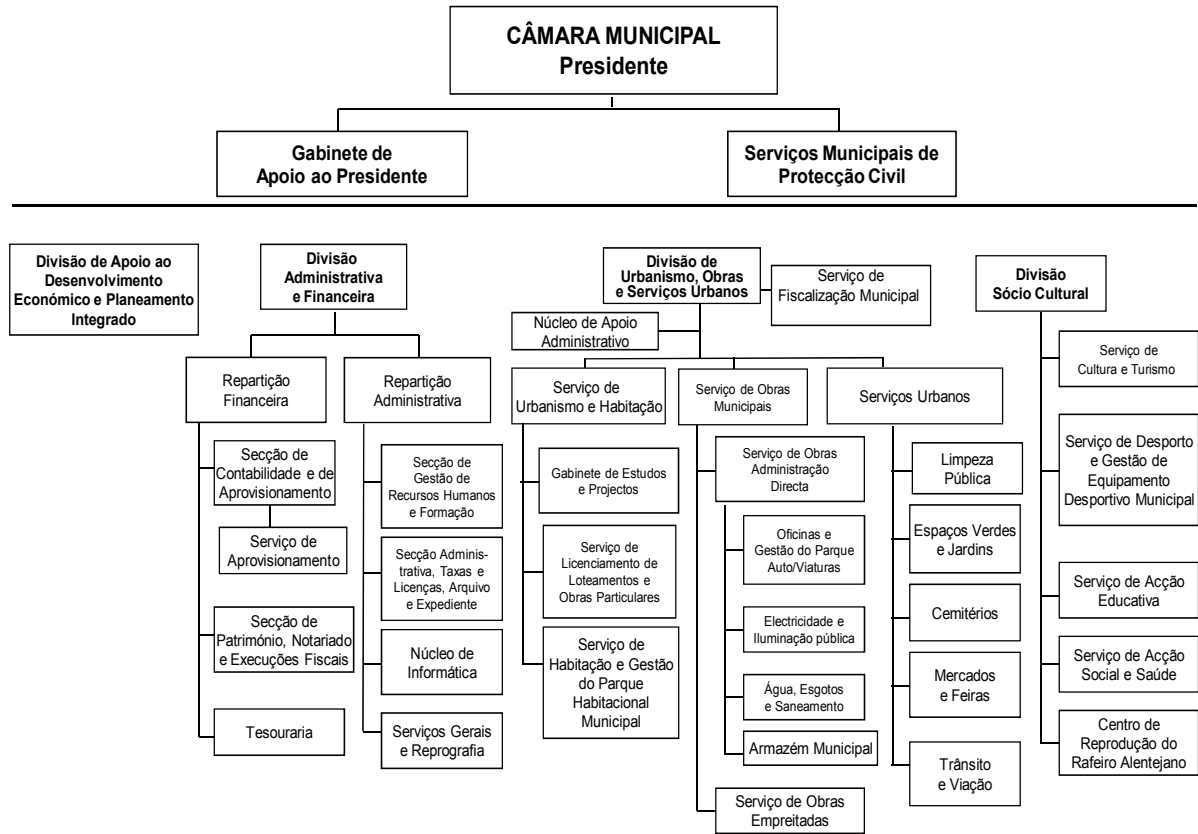
A actual estrutura organizativa foi revista no ano 2002 e aprovada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 27 de Dezembro do mesmo ano.

Da mesma constam os seguintes Serviços/Unidades Orgânicas:

- Gabinete de Apoio ao Presidente;
- Serviços Municipais de Protecção Civil;
- Divisão Administrativa e Financeira;
- Divisão do Planeamento Integrado e apoio ao Desenvolvimento Económico;
- Divisão de Urbanismo, Obras e Serviços Urbanos;
- Divisão Sócio-Cultural.



ORGANOGRAMA





2. RECURSOS HUMANOS

É hoje unanimemente aceite que as pessoas são o capital mais importante das organizações. A gestão deste activo requer linhas estratégicas bem definidas. É neste sentido que se torna pertinente fazer uma abordagem à sua evolução.

O Município, à data de 31 de Dezembro do ano 2010, contava com 160 colaboradores, com o seguinte enquadramento contratual:

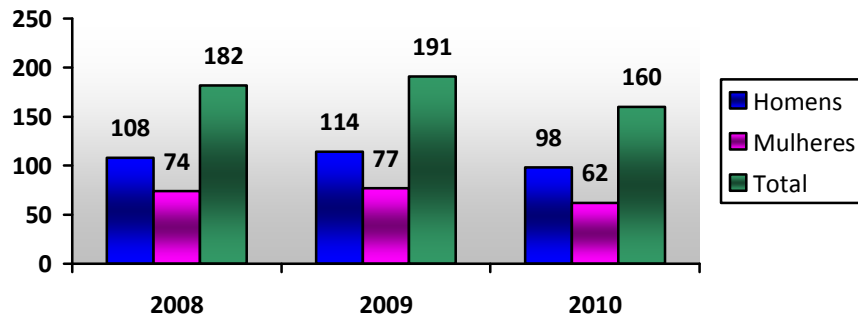
Modalidade de Vinculação			
	G	Q	Total
Comissão de Serviço	M	1	3
	F	2	
Contrato por tempo indeterminado	M	86	134
	F	48	
Contrato por tempo resolutivo certo	M	10	20
	F	10	
Outra	M	0	1
	F	1	
Total	M	97	158
	F	61	

Modalidade de Prestação de Serviços			
	G	Q	Total
Avença	M	1	2
	F	1	

No ano 2010 verificou-se uma redução significativa do pessoal com vínculo ao Município, nomeadamente, no pessoal com contrato por tempo resolutivo certo. Na totalidade, registou-se a redução de 31 colaboradores.

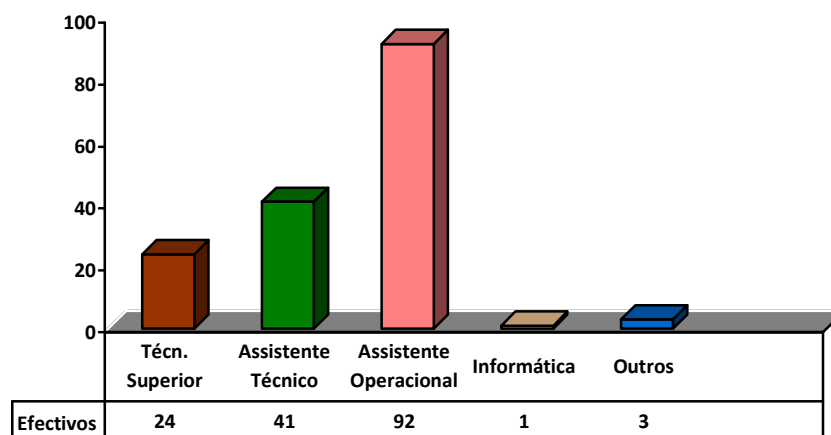


Evolução do Pessoal Efectivo

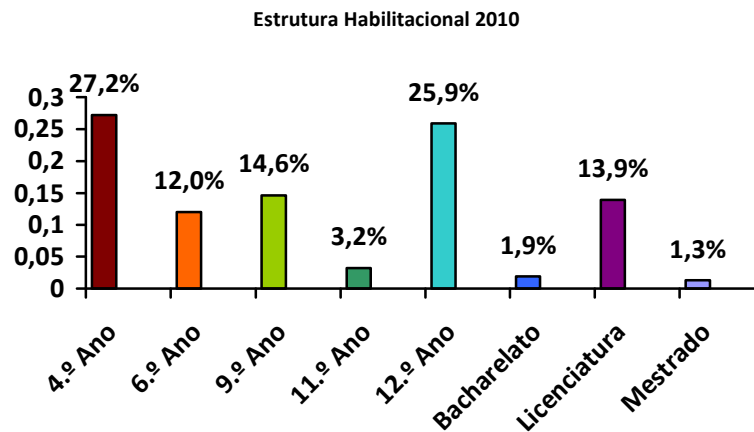


Quanto à estrutura profissional, continua a predominar o grupo de pessoal integrado na carreira de *Assistentes Operacionais*, abarcando 58,2% dos trabalhadores na modalidade de vinculação. É também de salientar a evolução positiva verificada no pessoal pertencente ao cargo/carreira de *Técnicos Superiores*, que, pela sua qualificação, conferem mais e melhor qualidade no desempenho das actividades autárquicas.

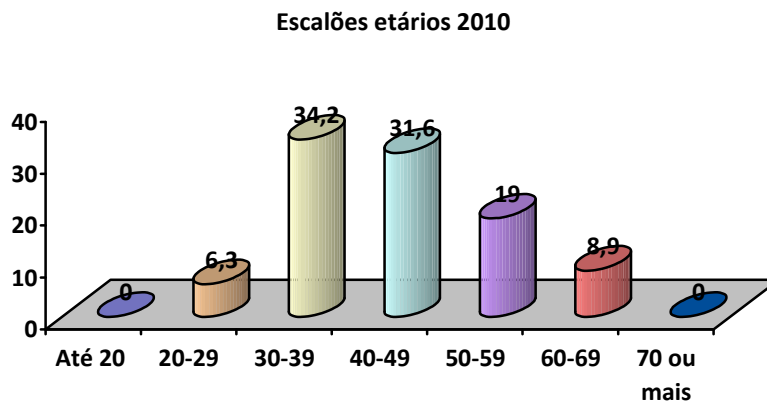
Estrutura Profissional 2010



A estrutura habilitacional do Pessoal na modalidade de vinculação tem tido uma evolução bastante positiva. De referir que nos últimos três anos foram concedidos 14 Estatuto de Trabalhador-estudante. De facto, 43% dos trabalhadores possuem habilitações literárias equivalentes ou superiores ao 12.º ano de escolaridade e destes, 40% possui um grau de formação superior.



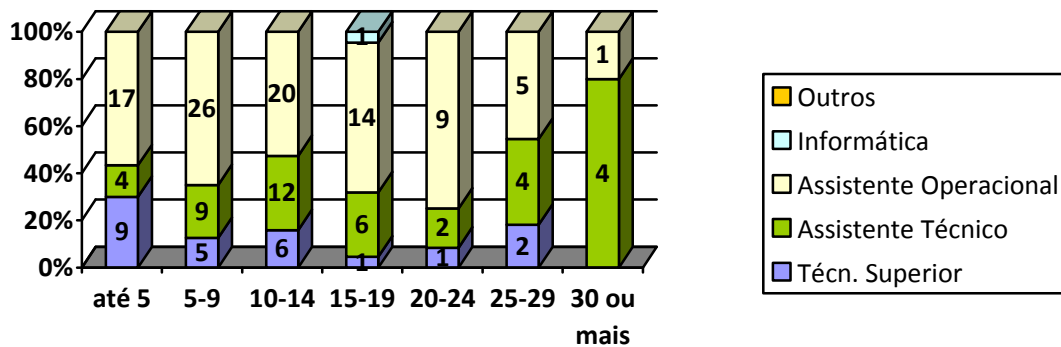
Da análise à estrutura dos escalões etários dos efectivos, verifica-se que a maioria dos efectivos ao serviço do Município encontram-se entre os 30 e os 49 anos de idade (65,8%) e apenas 27,9% estão acima deste escalão. Facto que revela uma estrutura sólida e bastante jovem.



O gráfico seguinte mostra a estrutura da *antiguidade no serviço*, à data de 31/12/2010, por carreira:



Contagem da antiguidade



Dos 158 trabalhadores na modalidade de vinculação, apenas 5 contam com mais de 30 anos de antiguidade na carreira. Relacionando a presente análise com a anterior podemos concluir que o Município apresenta uma base estrutural, ao nível dos recursos humanos, sólida e com bastante progressão.

Em relação à formação profissional, foram ministradas 65 acções de formação, que envolveram a participação de 26 técnicos superiores, 27 assistentes técnicos e 12 assistentes operacionais. As despesas anuais com a formação profissional ascenderam a 4.929,09€. Saliente-se que este valor corresponde, exclusivamente, à contrapartida do Município, uma vez que a maioria das acções de formação são objecto de candidatura a fundos comunitários por parte das entidades que as ministram.

Existem 83 trabalhadores sindicalizados.

Não foi levantado qualquer processo disciplinar no decurso do ano.

Relativamente ao Mapa de Pessoal, foram admitidos 5 trabalhadores por procedimento concursal e regressou 1 trabalhador que se encontrava na situação de mobilidade interna. À data de 31 de Dezembro, encontravam-se 14 procedimentos concursais em desenvolvimento. Registaram-se 26 saídas de trabalhadores, 21 por caducidade do contrato, 2 por resolução (partindo a iniciativa do trabalhador) e 3 por aposentação.

O absentismo registou um total de 6.453,5 dias, com predominância nas faltas por conta do período de férias e por doença.



3. ANÁLISE À EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Neste ponto, pretende-se analisar a execução orçamental das receitas e despesas e a execução das Grandes Opções do Plano. Na análise às GOP's vai-se também fazer a distinção entre a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e das Actividades Mais Relevantes (AMR).

Começamos por destacar alguns factos ocorridos durante a gerência:

- Atendendo ao facto do ano 2009 ter sido ano de eleições e os Órgãos Autárquicos do Município terem sofrido uma considerável alteração na sua composição, o Município, nos termos da legislação em vigor, em 1 de Janeiro de 2010, pôs em execução o Orçamento corrigido do ano anterior por forma a que os documentos previsionais fossem elaborados e aprovados pelos novos Órgãos.
- No total, ocorreram 21 modificações aos Documentos Previsionais, das quais, 12 foram ao orçamento e 9 às GOP's. Nestas modificações estão incluídas 2 revisões ao orçamento e 2 Revisões às GOP's, que influenciaram negativamente o total do orçamento inicial no montante de 111.452,36€. Esta influência negativa resultou da aplicação do PEC II (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho) que veio reduzir as transferências para os Municípios previstas inicialmente no OE.

O quadro seguinte apresenta os desvios entre os valores previstos e os valores realizados da Receita e da Despesa, deduzindo-se as respectivas taxas de execução orçamental:

Controlo Orçamental	2010			
	Previsão corrigida	Valor executado	Desvio	% de execução
Receita	7.683.533,64	5.734.526,64	1.949.007,00	74,63
Despesa	7.683.533,64	5.681.033,36	2.002.500,28	73,94

(em euros)

4.1 Orçamento

4.1.1 Da Receita

Na gerência, o Município arrecadou uma receita total de 5.734.526,64€, a que corresponde uma taxa de execução de 74,63% em relação as previsões corrigidas. Desta, 62,5% respeitam a receitas correntes, no valor de 3.585.911,81€ e 37,5% a receitas de capital e outras receitas, no valor de 2.148.614,83€. Em relação à gerência anterior, verificou-se uma redução no total da receita arrecadada de 26%. Apesar de

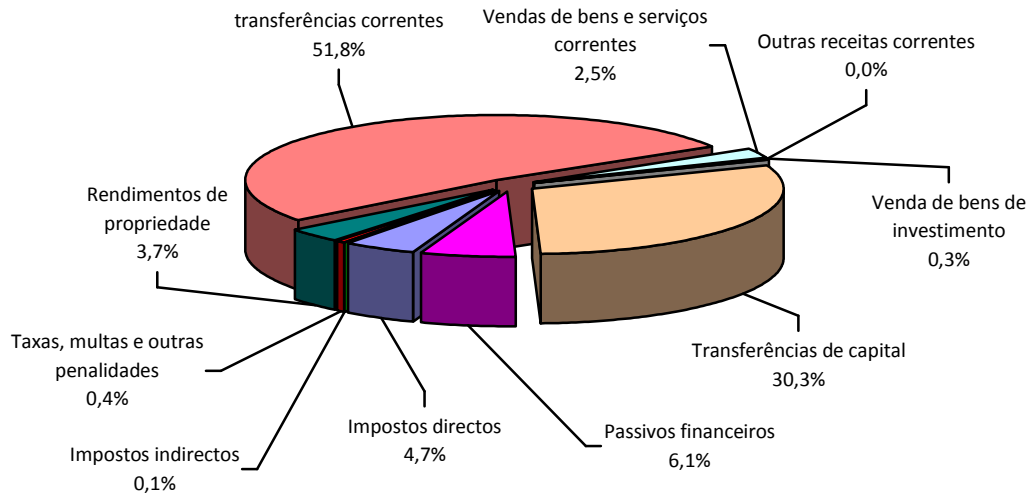


haver um ligeiro incremento nas receitas próprias do Município, mais acentuado, nas transferências correntes, situação que contribuiu para um aumento do total das receitas correntes na ordem dos 3,5%, são os passivos financeiros que mais influenciam a redução da receita total. Apesar dos passivos financeiros reflectirem a arrecadação dos montantes contratados com empréstimos, que consubstanciam a assunção de dívida pública, orçamentalmente são contabilizados como receita e no ano 2010 apenas foi contratado e utilizado parte do capital de um empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

Receitas Municipais			
Designação	2009	2010	%
	Valor	Valor	
Correntes:			
<i>Impostos directos</i>	195.908,89	265.331,18	4,6
<i>Impostos indirectos</i>	8.776,67	7.268,40	0,1
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	24.587,85	24.278,79	0,4
<i>Rendimentos de propriedade</i>	298.185,16	208.198,30	3,6
<i>transferências correntes</i>	2.810.071,62	2.937.254,28	51,2
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	122.247,89	143.580,86	2,5
<i>Outras receitas correntes</i>	1.646,00	0,00	0,0
<i>Sub-Total</i>	3.461.424,08	3.585.911,81	62,5
Capital:			
<i>Venda de bens de investimento</i>	34.778,30	15.244,75	0,3
<i>Transferências de capital</i>	2.012.455,37	1.718.043,08	30,0
<i>Passivos financeiros</i>	2.241.280,71	346.000,00	6,0
<i>Sub-total</i>	4.288.514,38	2.079.287,83	36,3
<i>Outras receitas</i>	610,54	69.327,00	1,2
Total	7.750.549,00	5.734.526,64	100,0



Estrutura da receita 2010

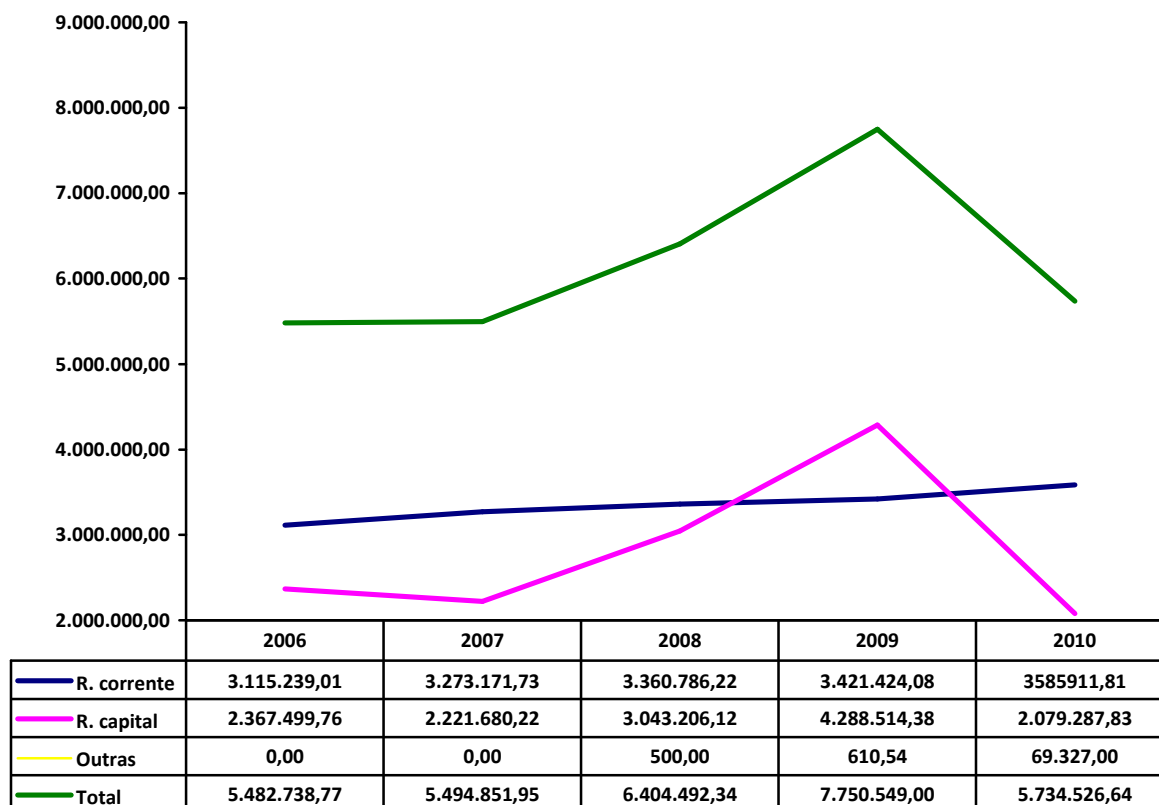


Da análise ao gráfico anterior podemos constatar a influência das transferências, correntes e de capital, no total da receita, com um peso relativo de 82,1%. Continua a revelar-se a fraca capacidade do Município em gerar receitas próprias, no entanto, em relação ao ano 2009, regista-se um incremento de 3% neste tipo de receitas, nomeadamente, nos impostos directos e na venda de bens e serviços correntes, estes últimos já sob influência da nova Tabela de Taxas e Licenças.



Evolução das receitas totais nos últimos 5 anos:

Evolução das receitas



Como podemos observar no gráfico, a receita total teve uma quebra significativa neste último ano influenciada pela quebra verificada nas receitas de capital, é de referir, no entanto, que as receitas correntes apresentam evolução positiva, ainda que muito ligeira. Da análise às receitas de capital podemos ainda verificar que no ano 2010 o Município dependeu, quase exclusivamente, das transferências do OE, à semelhança dos anos 2006 e 2007. Nos anos 2008 e 2009, com a aproximação do encerramento do III CQA e a consequente necessidade de concluir os investimentos em curso, registou-se um acréscimo significativo das transferências provenientes dos Fundos comunitários, impulsionando o aumento das receitas de capital. Esta evolução acentuou-se no decurso do ano 2009 com o recurso, por parte do Município, ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado “PREDE”.



Evolução das receitas correntes nos últimos 2 anos:

Evolução das receitas correntes				
Designação	2009	%	2010	%
Correntes:				
<i>Impostos directos</i>	195.908,89	5,7	265.331,18	7,4
<i>Impostos indirectos</i>	8.776,67	0,3	7.268,40	0,2
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	24.587,85	0,7	24.278,79	0,7
<i>Rendimentos de propriedade</i>	298.185,16	8,6	208.198,30	5,8
<i>Transferências correntes</i>	2.810.071,62	81,2	2.937.254,28	81,9
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	122.247,89	3,5	143.580,86	4,0
<i>Outras receitas correntes</i>	1.646,00	0,0	0,00	0,0
<i>Total</i>	3.461.424,08	100,0	3.585.911,81	100,0

Analisando agora a evolução das receitas correntes nos últimos dois anos, confirma-se a influência das transferências no total das receitas correntes, que se mantém na ordem dos 81%. Verifica-se um ligeiro incremento na venda de bens e serviços (1.5%), resultado da aplicação da nova Tabela de Taxas e Licenças, um acréscimo dos impostos directos (1,7%), influenciado pelo IMT. Salienta-se ainda, a quebra dos rendimentos de propriedade em cerca de 30%, esta quebra resulta do facto da Autarquia ter celebrado, em 2009, um contrato de cedência de infraestruturas com as Águas do Norte Alentejano, S.A. por 30 anos e ter arrecado a receita através de uma única prestação nesse mesmo ano.

Evolução das receitas de capital nos últimos 2 anos:

Evolução das receitas de capital				
Designação	2009	%	2010	%
Correntes:				
<i>Venda de bens de investimento</i>	34.778,30	0,8	15.244,75	0,7
<i>Transferências de capital</i>	2.012.455,37	46,9	1.718.043,08	82,6
<i>Passivos financeiros</i>	2.241.280,71	52,3	346.000,00	16,6
<i>Total</i>	4.288.514,38	100,0	2.079.287,83	100,0

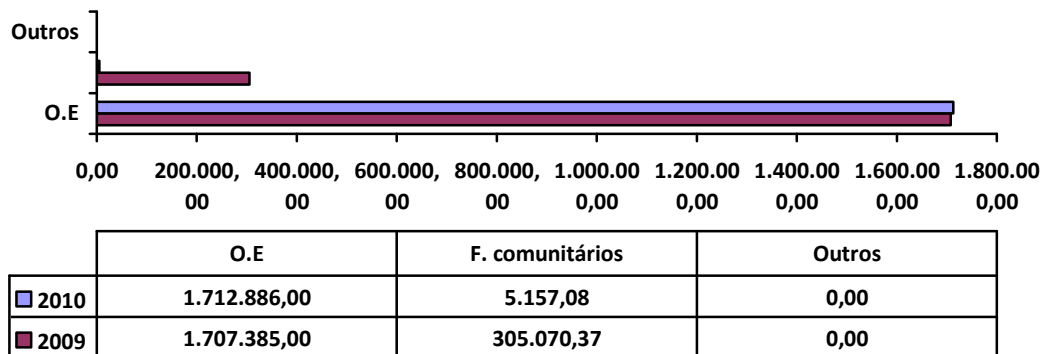
Como já havia sido atrás referido, o recurso do Município, no ano 2009, ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado acresceu aos passivos financeiros o montante 2.013.045,86€. No ano 2010, apenas foi utilizado o montante de 346.000€ do empréstimo de curto prazo.



É ainda de fazer referência ao corte imposto pelo PEC II nas transferências de capital provenientes do OE, no montante de 68.143,00€, cerca de 4% das transferências previstas inicialmente.

Analisando a evolução das transferências de capital nos últimos 2 anos, temos:

Estrutura das transferências de capital



A desagregação das transferências de capital dos 2 últimos anos permite verificar um ligeiro acréscimo nas transferências provenientes do Orçamento do Estado, registado no Fundo de Equilíbrio Financeiro. Relativamente aos Fundos Comunitários, o Município de Monforte não registou qualquer montante proveniente do novo Quadro Comunitário. O montante evidenciado, no valor de 5.157,08€, proveniente do III QCA, respeita ao projecto “Arrelvamento do Campo de Futebol em Monforte”.

4.1.2 Da Despesa

A despesa total apresenta uma taxa de execução de 73,94% em relação às previsões corrigidas, situando-se a par da taxa conseguida no ano anterior. As despesas correntes atingiram uma taxa de execução de 88,28% do orçamentado. Esta taxa é reveladora do rigor implementado na gestão corrente do Município. As despesas de capital atingiram uma taxa de execução de 46,03%. Esta taxa revela as dificuldades financeiras que o Município atravessa. Efectivamente, o Município, sem financiamento externo, apresenta uma fraca capacidade de Investimento.

Os próximos mapas e gráficos apresentam, por classificação económica, o comportamento das despesas correntes e de capital durante o ano da gerência.

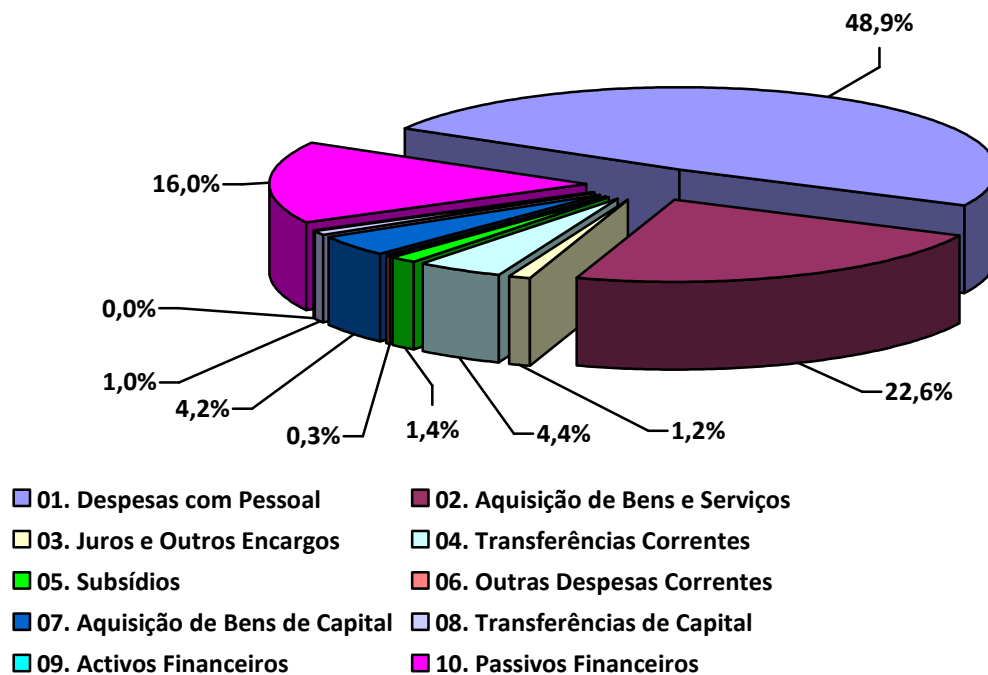


Despesas Municipais			
Designação	2009	2010	
	Valor	Valor	%
Correntes:			
01. Despesas com Pessoal	2.821.800,51	2.779.420,53	48,9
02. Aquisição de Bens e Serviços	1.419.738,16	1.284.833,53	22,6
03. Juros e Outros Encargos	164.843,95	67.249,90	1,2
04. Transferências Correntes	220.495,39	251.535,79	4,4
05. Subsídios	79.703,25	79.076,33	1,4
06. Outras Despesas Correntes	21.319,65	18.204,44	0,3
<i>Sub-Total</i>	4.727.900,91	4.480.320,52	78,9
Capital:			
07. Aquisição de Bens de Capital	2.450.050,06	235.982,22	4,2
08. Transferências de Capital	5.000,00	55.329,79	1,0
09. Activos Financeiros	0,00	0,00	0,0
10. Passivos Financeiros	609.283,00	909.400,83	16,0
<i>Sub-Total</i>	3.064.333,06	1.200.712,84	21,1
Total	7.792.233,97	5.681.033,36	100,0

Em relação ao total da despesa executada, 78,9% respeitam a despesas correntes, a que corresponde o montante de 4.480.30,52€ e 21,1% a despesas de capital, com o montante de 1.200.712,84€, o que perfaz uma despesa total no valor de 5.681.033,36€. Podemos verificar que houve uma redução significativa em todas as componentes da despesa, mais evidente nas despesa de capital à custa da redução do Investimento.



Estrutura da despesa 2010

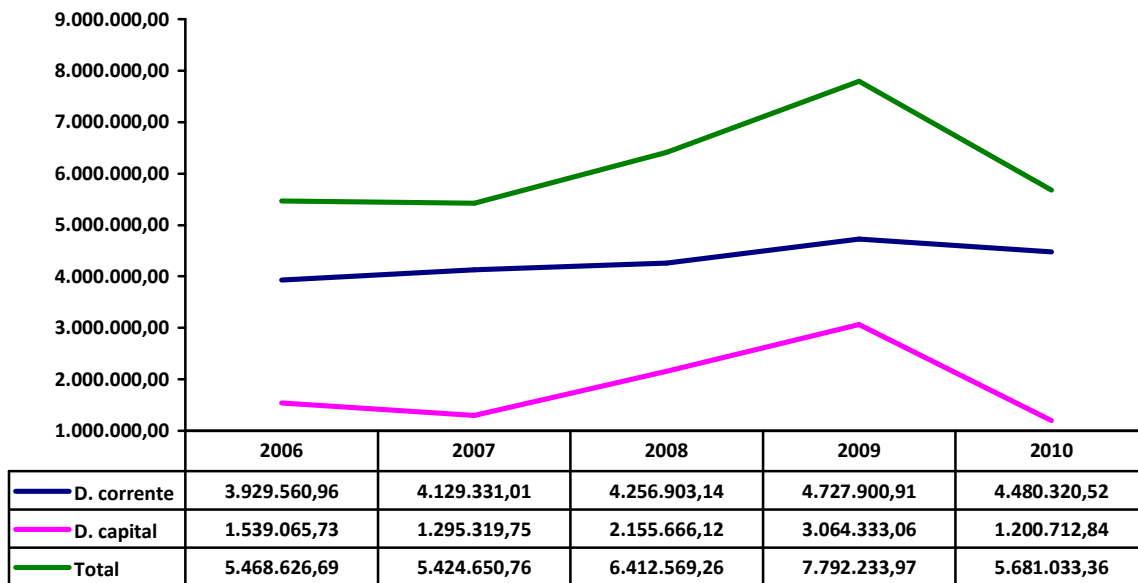


No gráfico anterior podemos verificar que as rubricas com mais peso no total das despesas são, no que respeita a despesas correntes, as de despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e os passivos financeiros. As despesas com pessoal abarcam 48,9% do total da despesa, no entanto situaram-se abaixo das despesas registadas no ano de 2009. Podemos concluir que foi o fraco Investimento registado no ano em apreciação que fez com que o peso relativo das despesas com pessoal assumisse percentagens mais elevadas. Se acrescentarmos às despesas com pessoal as aquisições de bens e serviços correntes atingimos um peso relativo de 71,5% do total da despesa, facto revelador de que a Autarquia, praticamente, limitou-se à gestão corrente.



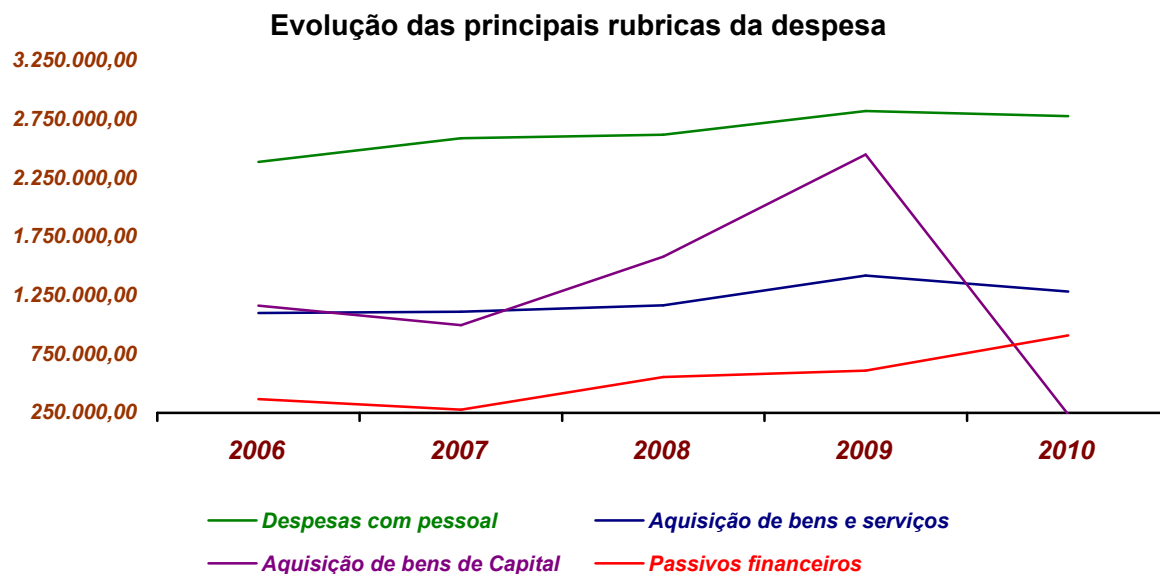
Evolução das despesas totais nos últimos 5 anos:

Evolução das despesas



Neste último ano verifica-se uma quebra significativa em todas as componentes da despesa. A aproximação do fecho do III QCA veio impulsionar o aumento das despesas de capital nos anos 2008 e 2009 e o atraso no arranque do novo Quadro (QREN) fez com que as despesas com Investimentos caíssem no ano 2010. É também de salientar a quebra nas despesas correntes, resultado das medidas de contenção aplicadas pelo Executivo no decurso do ano da gerência.

No gráfico seguinte podemos analisar a evolução das rubricas mais representativas da despesa nos últimos 5 anos:



Podemos verificar mais uma vez que as despesas com pessoal assumem-se, ao longo dos vários anos, como a rubrica mais influente no total das despesas da Autarquia. O gráfico mostra também o pico das despesas com a aquisição de bens de capital (ano 2009) e a quebra vertiginosa verificada neste último ano. Este comportamento já foi explanado anteriormente, pois esta rubrica comporta os Investimentos efectuados com recurso aos fundos comunitários. Podemos ainda verificar o comportamento dos passivos financeiros, que tem vindo a ganhar peso desde o ano 2008 e neste último ano revelam um crescimento mais acentuado. Este facto prende-se com a contratação dos empréstimos ao abrigo do PREDE, nomeadamente, o empréstimo bancário, contratado à CCAM, no valor de 1.207.827,86€ e que tem um prazo de amortização bastante curto (5 anos), condição que faz com que as prestações tenham um peso bastante elevado nesta rubrica.

4.1.3 Rácios

De seguida apresentam-se alguns indicadores orçamentais:

Rácios de estrutura da receita e da despesa:

$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{5.734.526,64}{5.681.033,36} = 100,94\%$	mede o grau de cobertura da despesa total pela receita
$\frac{\text{Receita corrente}}{\text{Despesa corrente}}$	$\frac{3.585.911,81}{4.480.320,52} = 80,04\%$	mede o grau de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes



<u>Receita de capital</u>	<u>2.079.287,83</u>	=	173,17%	mede o grau de cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital
Despesa de capital	1.200.712,84			
<u>Receitas próprias</u>	<u>663.902,28</u>	=	11,69%	mede o grau de cobertura da despesa total pelas receitas próprias da Autarquia
Despesa total	5.681.033,36			
<u>Fundos municipais</u>	<u>4.388.954,00</u>	=	77,26%	mede o grau de cobertura da despesa total pelos fundos municipais
Despesa total	5.681.033,36			
<u>Passivos financeiros</u>	<u>346.000,00</u>	=	6,09%	mede o grau de financiamento da despesa total pela receita proveniente dos empréstimos de terceiros
Despesa total	5.681.033,36			

Rácios de estrutura da receita:

<u>Receitas próprias</u>	<u>663.902,28</u>	=	11,58%	mede o peso das receitas próprias da Autarquia na receita total
Receita total	5.734.526,64			
<u>Transferências do Estado</u>	<u>4.525.488,46</u>	=	78,92%	mede o peso das transferências provenientes do Estado na receita total da Autarquia
Receita total	5.734.526,64			
<u>Passivos financeiros</u>	<u>346.000,00</u>	=	6,03%	mede o peso da receita proveniente de empréstimos contraídos a terceiros na receita total
Receita total	5.734.526,64			
<u>Fundos comunitários</u>	<u>10.892,97</u>	=	0,19%	mede o peso da receita arrecadada através de financiamentos comunitários na receita total
Receita total	5.734.526,64			

Rácios de estrutura da despesa:

<u>Pessoal</u>	<u>2.779.420,53</u>	=	48,92%	mede o peso das despesas com pessoal na despesa total da Autarquia
Despesa total	5.681.033,36			
<u>Despesas de funcionamento</u>	<u>4.082.458,50</u>	=	71,86%	mede o encargo das despesas de funcionamento na despesa total
Despesa total	5.681.033,36			
<u>Serviço da dívida</u>	<u>976.650,73</u>	=	17,19%	mede o encargo da dívida com juros e amortizações de capital na despesa total
Despesa total	5.681.033,36			
<u>Aquisição de bens de capital</u>	<u>235.982,22</u>	=	4,15%	mede o peso das despesas de capital na despesa total da Autarquia
Despesa total	5.681.033,36			



Grau de financiamento do Investimento:

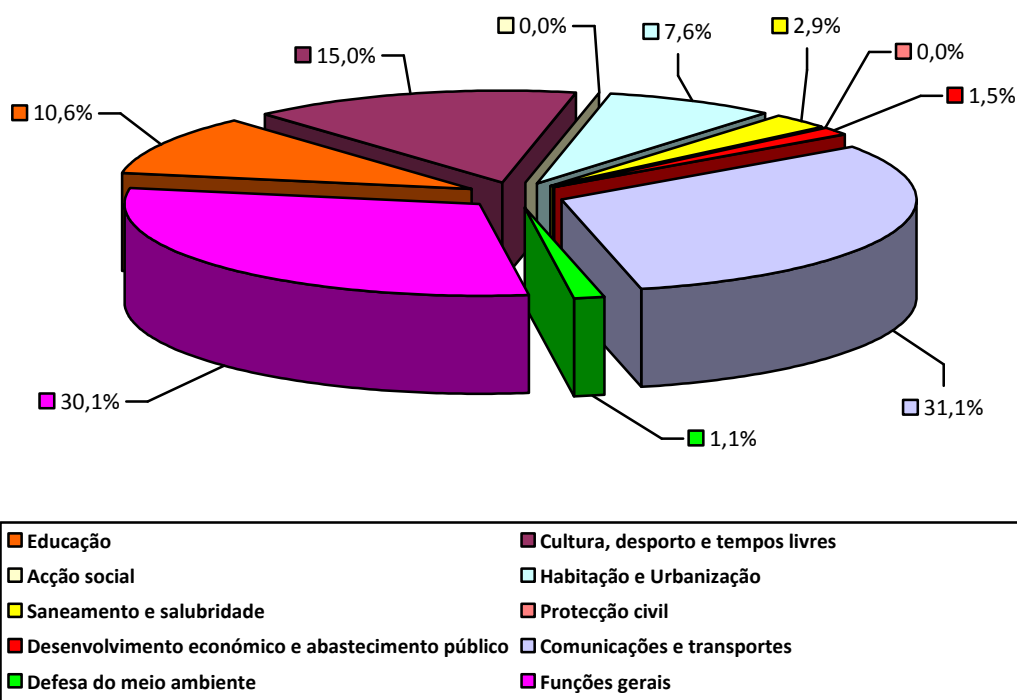
<u>Fundos Comunitários de capital</u>	<u>5.157,08</u>	=	2,20%	mede o grau de cobertura dos investimentos pela receita arrecadada através dos fundos comunitários
Investimento	234.290,86			
<u>Fundos Municipais de capital</u>	<u>1.712.886,00</u>	=	725,85%	mede o grau de cobertura da aquisição de bens de capital pelos fundos municipais da mesma natureza
Aquisição de bens de capital	235.982,22			
<u>Passivos Financeiros (M/L prazo)</u>	<u>0,00</u>	=	0,00%	mede o grau de financiamento dos investimentos através de empréstimos contraídos a terceiros
Investimento	234.290,86			

4.2 Das Grandes Opções do Plano

4.2.1 Do Plano Plurianual de Investimentos

Funções	Previsto	Executado	% execução
Educação	181.046,00	25.122,13	13,88%
Cultura, desporto e tempos livres	321.394,00	35.328,78	10,99%
Acção social	1.000,00	0,00	0,00%
Habitação e Urbanização	259.567,00	17.889,58	6,89%
Saneamento e salubridade	33.100,00	6.887,06	20,81%
Protecção civil	45.000,00	0,00	0,00%
Desenvolvimento económico e abastecimento público	69.240,00	3.585,73	5,18%
Comunicações e transportes	537.563,00	73.409,57	13,66%
Defesa do meio ambiente	7.389,00	2.662,65	36,04%
Funções Gerais	156.500,00	71.096,72	45,43%
Total Geral	1.611.799,00	235.982,22	14,64%

Execução anual do PPI por Objectivos



O PPI discrimina, projecto a projecto, todos os investimentos pensados pelo Município. O quadro anterior demonstra-nos a sua execução anual tendo em conta os montantes inicialmente previstos. Como podemos deduzir, a taxa de execução anual do PPI é bastante baixa, situando-se nos 14,64%. Como já referimos na análise efectuada à despesa, o factor determinante para a obtenção desta taxa relaciona-se com o arranque tardio do novo Quadro Comunitário. Basicamente, o PPI reflecte a aquisição de maquinaria e equipamentos e o pagamento de alguns montantes em dívida de obras já executadas em anos anteriores.

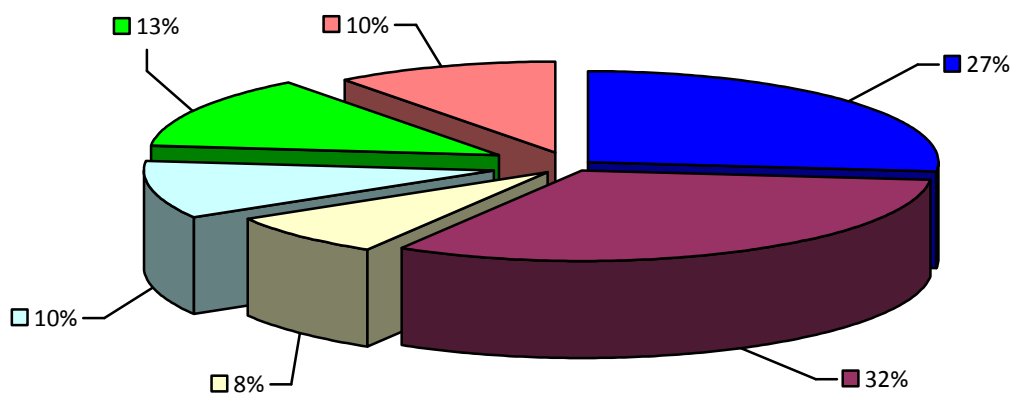
O gráfico representa o peso relativo da execução por Objectivos, tendo em conta o montante total executado. Destacam-se os Objectivos “Comunicações e transportes” e “Funções Gerais”, que, se somadas as taxas de execução, atingem os 61,2%. No Objectivo “Comunicações e transportes” regista-se o pagamento dos montantes em dívida da obra de execução das infraestruturas de Monforte (pavimentação de arruamentos) e no Objectivo “Funções Gerais” destaca-se a aquisição de diversos equipamentos, básico, administrativo e informático.



4.2.2 Das Actividades Mais Relevantes

Funções	Previsto	Executado	% execução
Educação	62.837,00	61.247,13	97,47%
Cultura, desporto e tempos livres	83.575,00	73.019,79	87,37%
Acção social	35.205,00	17.547,72	49,84%
Habitação e Urbanização	82.674,00	23.988,32	29,02%
Protecção civil	70.316,00	29.750,00	42,31%
Desenvolvimento económico e abastecimento público	49.749,00	23.599,00	47,44%
Total Geral	384.356,00	229.151,96	59,62%

Execução anual das AMR por Objectivos



■ Educação	■ Cultura, desporto e tempos livres
■ Acção social	■ Habitação e Urbanização
■ Protecção civil	■ Desenvolvimento económico e abastecimento público

O valor absoluto da execução anual das AMR é inferior ao do PPI, no entanto, a taxa de execução das AMR é bastante superior, atingindo os 59,62%. A acção social escolar, prevista no Objectivo "Educação" e os apoios concedidos pelo Município às colectividades sem fins lucrativos, com sede no Concelho, previstos



nos Objectivos “*Cultura, Desporto e Tempos Livres*”, “*Protecção civil*” e “*Acção social*” foram determinantes para o resultado alcançado.



5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Análise e evolução da situação económica

Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados, documento integrante das Demonstrações Financeiras e peça importante na análise económica de qualquer exercício, traduz a formação dos resultados decorrentes da actividade da entidade.

Vejam, então, o comportamento de custos e proveitos no ano de 2010.

Proveitos

Proveitos e Ganhos		2010			2009	
Pocal	Descrição	Valor	% Estrutura	Variação	Valor	% Estrutura
7111	Vendas de mercadorias	3.110,11	0,1%	69,5%	1.834,97	0,0%
7112/3	Vendas de produtos	67.571,02	1,3%	-2,3%	69.192,69	1,3%
712	Prestações de serviços	31.776,04	0,6%	22,9%	25.863,31	0,5%
715	Reembolsos e restituições	-12,03	0,0%		0,00	0,0%
72	Impostos e taxas	296.776,42	5,6%	29,4%	229.273,41	4,4%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.634.909,71	86,9%	2,5%	4.520.173,09	86,1%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,0%	-100,0%	300,00	0,0%
	(B)	5.034.131,27	94,3%	3,9%	4.846.637,47	92,3%
78	Proveitos e ganhos financeiros	218.565,48	4,1%	-30,8%	315.799,93	6,0%
	(D)	5.252.696,75	98,4%	1,7%	5.162.437,40	98,3%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	83.643,35	1,6%	-4,2%	87.267,35	1,7%
	Total dos Proveitos e Ganhos (F)	5.336.340,10	100,0%	1,7%	5.249.704,75	100,0%

Fazendo uma análise desagregada dos proveitos por natureza, podemos verificar que os proveitos e ganhos operacionais, aqueles que resultam da actividade corrente da Autarquia, sofreram um incremento de 187.493,80€ do ano 2009 para 2010, o que corresponde a uma variação relativa positiva de 3,9%. Este resultado foi influenciado pelo acréscimo verificado nos impostos e taxas que apresentam uma variação positiva de 29,4%. Os proveitos resultantes das transferências e os subsídios obtidos continuam a ser os



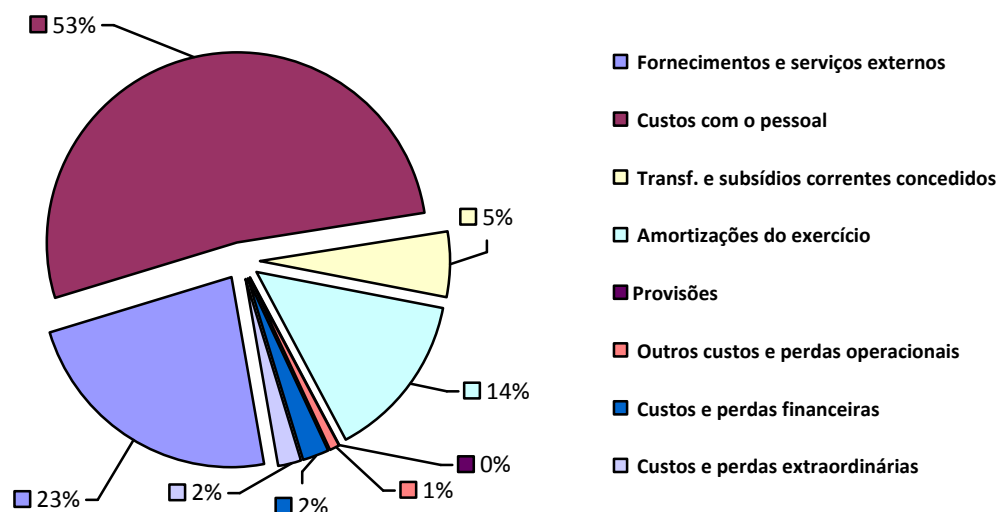
mais consideráveis. Regista-se também um decréscimo nos proveitos e ganhos financeiros em relação a 2009.

Comparando agora o total dos proveitos e ganhos dos 2 últimos exercícios podemos verificar que houve um acréscimo de 86.635,35€ do exercício de 2009 para o de 2010, a que corresponde uma taxa de variação positiva de 1,7%.

Custos

Custos e Perdas		2010			2009	
Pocal	Descrição	Valor	% Estrutura	Variação	Valor	% Estrutura
62	Fornecimentos e serviços externos	1.279.476,03	23,2%	-14,0%	1.487.161,35	26,6%
64	Custos com o pessoal	2.881.225,42	52,2%	0,8%	2.858.190,57	51,2%
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	301.293,29	5,5%	10,7%	272.143,22	4,9%
66	Amortizações do exercício	778.011,51	14,1%	6,9%	728.032,29	13,0%
67	Provisões do exercício	0,00	0,0%	3750,0%	3.750,00	0,1%
66	Outros custos e perdas operacionais	52.900,48	1,0%	46,7%	36.062,01	0,6%
	(A)	5.292.906,73	95,9%	-1,7%	5.385.339,44	96,4%
68	Custos e perdas financeiras	122.055,90	2,2%	-34,0%	184.955,11	3,3%
	(C)	5.414.962,63	98,1%	-2,8%	5.570.294,55	99,7%
69	Custos e perdas extraordinárias	106.191,81	1,9%	575,7%	15.714,72	0,3%
	Total dos Custos e Perdas	(E) 5.521.154,44	100,0%	-1,2%	5.586.009,27	100,0%

Estrutura dos Custos e Perdas 2010





Procedendo agora à análise dos Custos e Perdas, tendo por base a sua natureza, verificamos que os custos e perdas operacionais sofreram um decréscimo de 92.432,71€, a que corresponde uma variação negativa de 1,7%. Podemos verificar que os custos com pessoal mantiveram-se praticamente nos mesmos valores, registando-se uma pequena variação positiva de 0,8%. Este tipo de custos contribuem com 52,2% para o total da estrutura. Regista-se uma variação negativa na ordem dos 14% nos fornecimentos e serviços externos. Dentro das varias componentes da estrutura em análise, esta variação, a que corresponde o montante de 207.685,32€, foi a que mais contribuiu para a redução que se verifica no total dos custos e tem uma relação directa com as medidas de contenção adoptadas no decurso do exercício. Os custos e perdas financeiros continuam a registar um decréscimo, alcançando até neste exercício a maior taxa de variação negativa, -34%. Este resultado tem origem na redução dos encargos com juros moratórios conseguido através regularização de dividas vencidas com fornecedores e empreiteiros.

Apuramento de Resultados:

Da análise dos resultados apurados podemos verificar que os resultados operacionais continuam a registar valores negativos, no entanto, bastante inferiores aos resultados alcançados no ano anterior. Este facto influencia os resultados correntes, uma vez que os resultados financeiros, apesar de positivos, não cobrem os resultados operacionais. Também os Resultados Extraordinários são negativos, no valor de 22.548,46€. O Município, pelo terceiro exercício consecutivo, obtém um resultado liquido negativo no montante de 184.814,34€. como a seguir se pode constatar:

Apuramento de Resultados				
Natureza	Ano		Variação	
	2010	2009	absoluta	relativa
<i>Resultados Operacionais</i>	-258.775,46	-538.701,97	279.926,51	-52,0%
<i>Resultados Financeiros</i>	96.509,58	130.844,82	-34.335,24	-26,2%
<i>Resultados Correntes</i>	-162.265,88	-407.857,15	245.591,27	-60,2%
<i>Resultados Extraordinários</i>	-22.548,46	71.552,63	-94.101,09	-131,5%
Resultado Líquido do Exercício	-184.814,34	-336.304,52	151.490,18	-45,0%

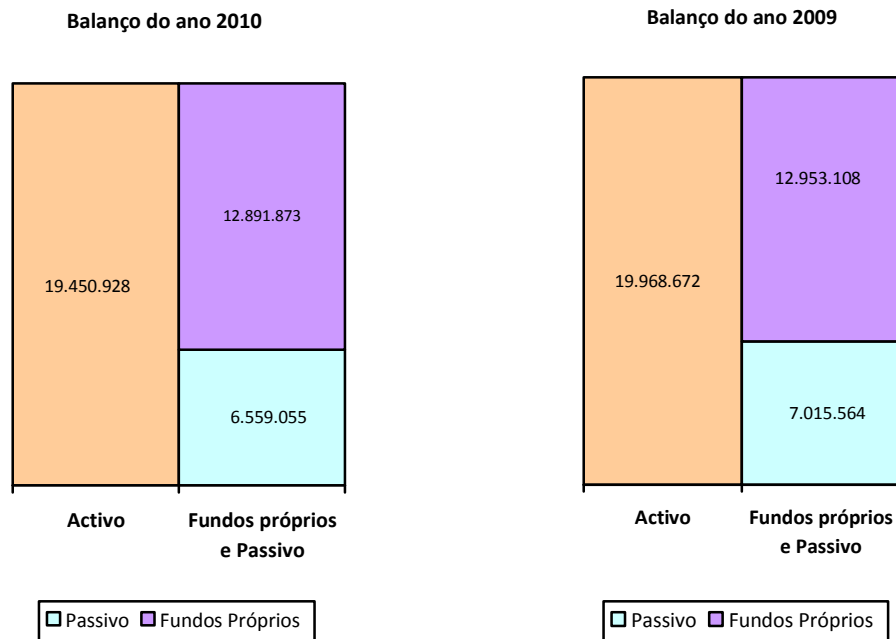


5.1 Análise e evolução da situação financeira

Análise ao Balanço

O Balanço é uma demonstração financeira, normalmente, reportada ao final de um período e deve espelhar a comparação entre as massas activas e as massas passivas, entre os direitos e as obrigações, revelando a situação patrimonial e financeira de uma qualquer entidade, ou seja, a sua situação líquida.

Para que melhor se preceba esta relação e o seu resultado apresenta-se de seguida uma representação gráfica dos balanços dos 2 últimos exercícios:



Nos gráficos estão representadas as principais componentes do balanço. Como se pode verificar, o total do balanço apresenta uma variação negativa, ou seja, decresceu 517.744,16€ de 2009 para 2010. Os resultados negativos dos 3 últimos anos estão a influenciar negativamente os Fundos Próprios, no entanto, deve-se destacar a considerável redução que ocorreu no Passivo neste último ano, no montante de 451.351,91€.

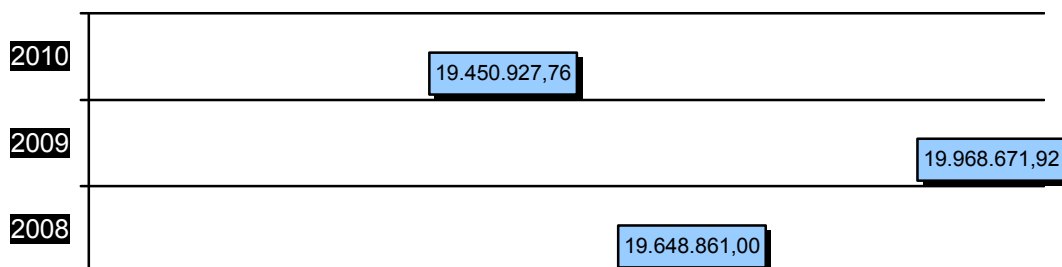
No total, o balanço decresceu 2,59% do ano 2009 para o ano 2010.



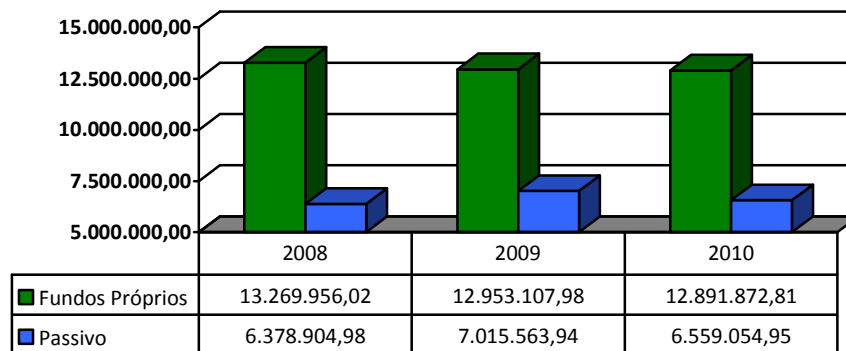
De seguida apresenta-se, de forma sintética, os valores dos diferentes elementos que compõem o balanço:

Balanço Sintético do ano 2010			
Activo		Fundos Próprios e Passivo	
Imobilizado		FUNDOS PRÓPRIOS	
Bens de Domínio Público	8.612.837,98	Património	13.266.859,49
Imobilizações em Curso	3.311.779,05	Ajust. de partes de capital em empr.	17.180,00
Imobilizações Incorpóreas	306.404,46	Reservas	355.496,79
Imobilizações Corpóreas	9.365.804,91	Doações	879,00
Investimentos Financeiros	2.057.236,17	Resultados transitados	-563.728,13
	23.654.062,57	Resultado Líquido do Exercício	-184.814,34
CIRCULANTE		Total dos Fundos Próprios	
Existências	0,00		12.891.872,81
Dívidas de Terceiros – M. e L. Prazo	0,00	PASSIVO	
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	29.923,63	Provisões para riscos e encargos	0,00
	29.923,63	Dívidas a Terceiros – M. e L. Prazo	3.327.878,55
DISPONIBILIDADES		Dívidas a Terceiros – Curto Prazo	1.793.445,59
Títulos Negociáveis	0,00	Acréscimos e Diferimentos	1.437.730,81
Depósitos em Inst. Financeiras	175.850,79		6.559.054,95
Caixa	1.419,17	Total do Passivo	
	177.269,96		
Acréscimos e Diferimentos	21.218,52		
Amortizações e Provisões	4.431.546,92		
Total do Activo	19.450.927,76	Total dos Fundos Próprios e Passivo	19.450.927,76

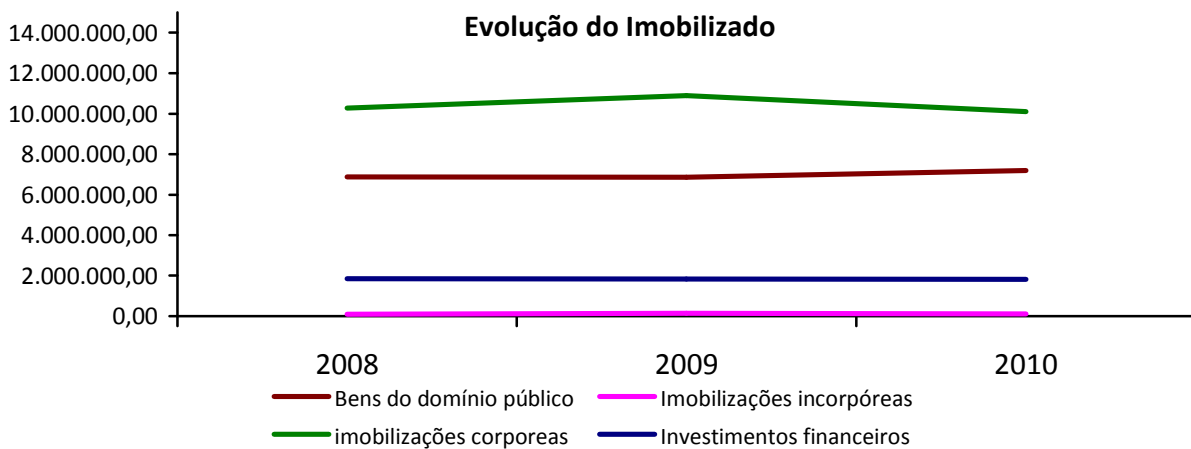
Evolução do Activo Líquido



Como já referimos anteriormente, na análise às principais componentes do balanço, o Activo Líquido regista uma redução de 517.744,16€ em relação ao ano anterior. Esta redução decorre do aumento das amortizações e, ao mesmo tempo, não terem ocorrido incrementos patrimoniais relevantes no imobilizado.



Os elementos do membro direito do Balanço registam ligeiras oscilações nos seus valores absolutos. Os Fundos Próprios decresceram ao longo dos 3 anos em análise, influenciados pelos resultados obtidos nesses 3 exercícios. O Passivo teve um acréscimo significativo no ano 2009, voltando a recuperar no ano 2010.



Evolução do Imobilizado			
IMOBILIZADO	2008	2009	2010
Bens do domínio público	6.881.711,11	6.867.568,99	7.196.196,95
Imobilizações incorpóreas	91.848,09	135.755,92	104.755,00
imobilizações corpóreas	10.277.540,27	10.899.322,26	10.108.957,09
Investimentos financeiros	1.843.546,11	1.829.393,10	1.812.606,61
Total	19.094.645,58	19.732.040,27	19.222.515,65



A evolução da estrutura do Imobilizado reflecte o fraco investimento ocorrido neste último ano. As variações ocorridas devem-se, sobretudo, ao registo de alguns bens já na posse do Município e que só agora se reuniram as condições para serem incorporados no seu Imobilizado. Na sua maioria são bens do domínio público. Regista-se ainda as transferências ocorridas nas imobilizações em curso, nas várias componentes do imobilizado, com mais preponderância nas Imobilizações Corpóreas, que, apesar de não influenciar directamente o valor do Activo Bruto contribuem para o aumento das amortizações, influenciando assim, negativamente, o Activo Líquido. Das várias componentes do Imobilizado apresentadas no Quadro acima, destaca-se o peso das amortizações nas Imobilizações Corpóreas fazendo com que este activo reduza o seu valor líquido. As imobilizações incorpóreas e os investimentos financeiros têm se mantido relativamente estáveis.

5.3 Rácios

Rácios de Liquidez

1) *Liquidez geral:*

$$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante (curto prazo)}} = \frac{237.117,22}{1.793.445,59} = 0,13$$

2) *Liquidez imediata:*

$$\frac{\text{Activo Circulante - Existências - Créditos de curto prazo}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{207.193,59}{1.793.445,59} = 0,12$$

Rácios de autonomia financeira e solvabilidade

3) *Autonomia financeira:*

$$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Activo}} = \frac{12.891.872,81}{19.450.927,76} = 66\%$$

4) *Cobertura do imobilizado por capitais permanentes:*

$$\frac{\text{Capitais permanentes}}{\text{Imobilizações líquidas}} = \frac{16.219.751,36}{19.222.515,65} = 84\%$$

5) *Estrutura do endividamento:*

$$\frac{\text{Dividas a terceiros (curto prazo)}}{\text{Fundos próprios e passivo}} = \frac{1.793.445,59}{19.450.927,76} = 9\%$$



6) *Endividamento:*

$$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}} = \frac{6.559.054,95}{19.450.927,76} = 34\%$$

- 1) Exprime em que medida o activo circulante é financiado por recursos de curto prazo.
- 2) Mede o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- 3) Mede o grau de dependência da Entidade em relação aos seus credores.
- 4) Exprime o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.
- 5) Mede o peso das dívidas de curto prazo no no capital próprio e passivo.
- 6) Apura a extensão com que a Entidade utiliza os capitais alheios para financiar o activo.

Evolução dos Rácios:

Rácios	Anos		
	2008	2009	2010
<i>Liquidez geral</i>	0,19	0,14	0,13
<i>Liquidez imediata</i>	0,07	0,12	0,12
<i>Autonomia financeira</i>	68%	65%	66%
<i>Estrutura do endividamento</i>	15%	9%	9%
<i>Endividamento</i>	32%	33%	34%

Da análise à evolução dos rácios apresentados, pode-se constatar o seguinte:

Os indicadores obtidos no ano 2010 pouco ou quase nada variam dos de 2009. O Município continua a encontra-se bastante desequilibrado no curto prazo, uma vez que o rácio de *liquidez geral* é muito inferior à unidade, o que significa que o activo circulante não é suficiente para cobrir o passivo circulante de curto prazo. Em consequência, também o rácio de liquidez imediata se mantém bastante baixo, uma vez o activo circulante é abarcado na quase totalidade pelas disponibilidades.

Os valores conseguidos no rácio de *autonomia financeira* revelam-se elevados, garantindo bastante autonomia.

O rácio de estrutura do endividamento revela-nos que o peso das dívidas de curto prazo no Balanço manteve-se nos dois últimos anos, no entanto, o rácio do endividamento do Município subiu mais 1% neste último ano. Da análise detalhada às componentes do cálculo destes dois últimos rácios podemos verificar



que o Passivo, quer de curto prazo quer de médio e longo prazo, diminuiu em valor absoluto, no entanto as variações negativas verificadas no Activo e nos Fundos Próprios influenciaram estes dois indicadores.



6. ENDIVIDAMENTO

6.1 Evolução da dívida

Dívidas de Terceiros:

Evolução da dívida de terceiros nos últimos três anos			
Designação	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010
<i>Dívida de curto prazo:</i>			
Estado e Outros Entes Públicos	51.866,66	15.378,42	15.693,49
Clientes			
Outros devedores	278.557,58	19.387,22	14.230,14
Sub-Total	330.424,24	34.765,64	29.923,63
<i>Dívida de médio, longo Prazo</i>			
Outras			
Sub-Total	0,00	0,00	0,00
Total	330.424,24	34.765,64	29.923,63

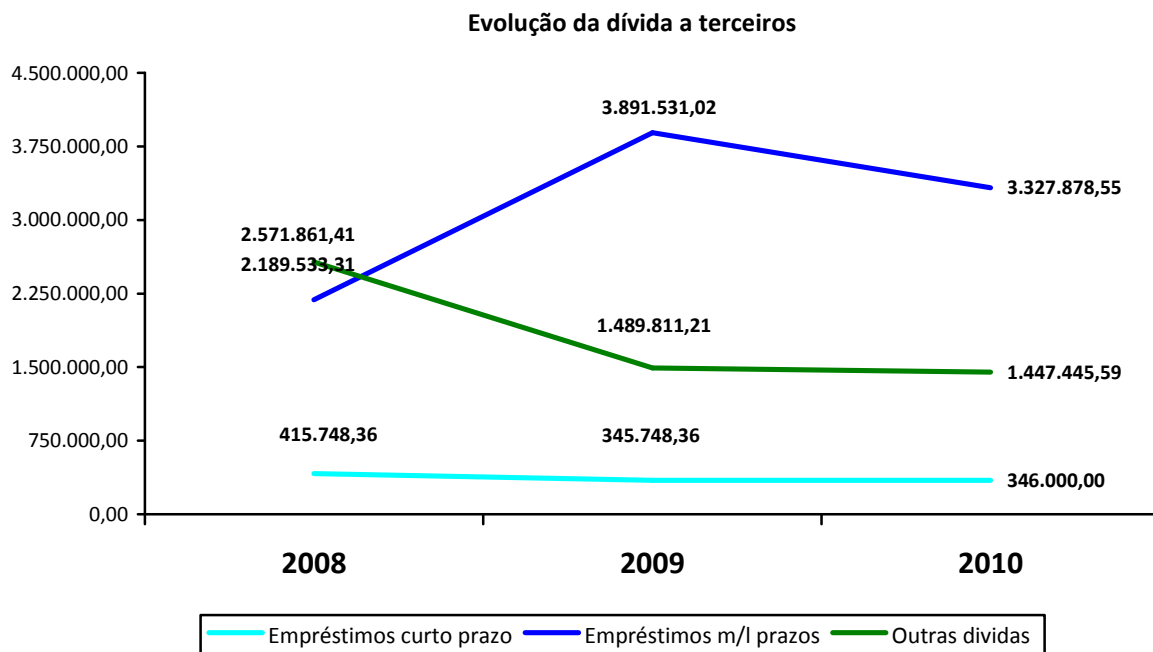
A dívida evidenciada do Estado e outros entes públicos respeita ao apuramento do IVA.

O saldo dos outros devedores respeita, essencialmente, a projectos comparticipados por outras entidades e ainda não pagos, nomeadamente, fundos comunitários. O fecho do III QCA, no final de 2008, obrigou ao encerramento dos vários projectos em curso, o que permitiu uma regularização significativa destes fundos no início do ano 2009. Em 2010, mantêm-se por regularizar os saldos da empreitada “Arrelvamento do Campo de Futebol” e do Projecto “Prevenção Florestal”.



Dividas a Terceiros:

Evolução da dívida a terceiros nos últimos três anos			
Designação	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010
Divida de curto prazo:			
Instituições de Crédito	415.748,36	345.748,36	346.000,00
Outras	2.571.861,41	1.489.811,21	1.447.445,59
Sub-Total	2.987.609,77	1.835.559,57	1.793.445,59
Divida de médio, longo Prazo			
Instituições de Crédito	2.189.532,31	3.891.531,02	3.327.878,55
Outras			
Sub-Total	2.189.532,31	3.891.531,02	3.327.878,55
Total	5.177.142,08	5.727.090,59	5.121.324,14





Empréstimos de curto prazo:

Os Empréstimos de curto prazo, utilizados para satisfazer necessidades de tesouraria, evidenciam um recurso continuado ao longo dos anos, o que revela uma necessidade permanente de financiamento no curto prazo, por parte do Município. Regista-se uma menor necessidade nos 2 últimos anos.

Empréstimos de médio/longo Prazos:

Este tipo de recurso, normalmente utilizado para financiar investimentos, registou um aumento significativo no ano 2009, no montante de 1.701.997,71€, originado pela contratação dos dois empréstimos ao abrigo do PREDE. Atendendo a que o prazo de amortização do empréstimo bancário (PREDE) é bastante curto (5 anos), as amortizações anuais têm um peso relevante no total do endividamento, como se pode constatar no montante em dívida no final do ano 2010, que apresenta uma redução neste tipo de endividamento no montante de 563.652,47€.

Outras Dívidas:

Esta componente da dívida respeita ao restante Passivo, predominam os saldos das contas 221, 2611 e 268, fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado e outros credores, respectivamente. Através do recurso ao Programa referido no ponto anterior, o Município reduziu, significativamente, esta componente da dívida de curto prazo, como se pode verificar na análise ao gráfico. A recuperação, ainda que ligeira, continua a verificar-se neste último ano.

Numa análise mais abrangente, podemos verificar que o total da dívida a terceiros, neste último ano, sofreu uma redução no montante de 605.766,45, a que corresponde, em termos percentuais, 10,6%.



6.2 Enquadramento do Município face aos limites legais

(Informação prestada à DGAL, através do Programa SIAL, relativa ao 4.º trimestre de 2010)

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2010

				(€)	
RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)		Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	191.011,32	0,00	191.011,32		
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	84.461,44		84.461,44		* Valores anuais, os
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	75.890,32		75.890,32		quais devem
Imposto Único de Circulação (IUC)**	30.659,56		30.659,56		corresponder aos
Contribuição Autárquica			0,00		inscritos no formulário
Imposto Municipal de Sisa			0,00		Receitas Municipais',
DERRAMA*			0,00		relativo a 2009.
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	191.011,32	0,00	191.011,32	(A)	
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-		(B)	
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010)	-	-	4.500.730,00	(C)	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	4.691.741,32	(D) = (A) + (B) + (C)	

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	469.174,13	(E) = 10% × (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	4.691.741,32	(F) = 100% × (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	5.864.676,65	(G) = 125% × (D)

* *Inclui o montante de receitas eventualmente arrecadadas a título do antigo Imposto Municipal sobre Veículos (IMV).



4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO COM REPORTE A 31/12/2010

(€)		
Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	346.000,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA	346.000,00	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	3.327.878,55	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	5.124.418,38	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	109.856,52	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	3.564.022,03	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	5.014.561,86	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	469.174,13	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.691.741,32	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	5.864.676,65	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	

* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

** Apenas no último trimestre do ano em causa.

Como se pode constatar neste último mapa e analisando o endividamento à luz da LFL, o Município apresentava uma margem de endividamento líquido no montante de 850.114,79€ e uma margem de endividamento de médio e longo prazo no valor de 1.127.719,29€. De acordo com a referida legislação, os municípios não podem exceder qualquer dos limites, o que significa que o município de Monforte, mesmo apresentando uma margem superior no endividamento de médio longo prazo não poderá contratualizar empréstimos de valor superior à margem do endividamento líquido.



É de referir ainda que estes limites têm vindo a ser alterados, quer pelos OE quer pelos diversos PEC`s. Para o ano em apreciação, os Municípios só podiam contratualizar empréstimos até ao montante das amortizações efectuadas no ano anterior, o chamado “endividamento nulo”. O Município de Monforte apenas contratualizou um empréstimo de curto prazo, até ao montante de 460.558,48€ e utilizou capital no valor de 360.000,00€. O referido empréstimo destinou-se a ocorrer a dificuldades de tesouraria.



Proposta de Aplicação de Resultados

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no Ponto 2.7.3. do Pocal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Executivo Camarário propõe o seguinte:

O Resultado Líquido do Exercício, negativo, no valor de 184.814,34€ (cento e oitenta e quatro mil oitocentos e catorze euros e trinta e quatro cêntimos), seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

Monforte, 6 de Abril de 2011

O Órgão Executivo



8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existem factos relevantes a registar.